

# Delegado quer ouvir Ibsen na Polícia Federal

C. MacArthur

Como repercutiu a denúncia de corrupção feita por Valdemir José da Silva envolvendo delegados e agentes da Polícia Federal?

Eu ando tão ocupado que não tive nem tempo de conversar com ninguém, nem de ouvir a entrevista. A gente lamenta muito, porque a polícia de um modo geral é muito mal vista e, no Brasil, ela faz por onde. Todas as polícias. Eu acho que por causa dos baixos salários de algumas polícias estaduais, há muito envolvimento e a imprensa tem destacado muito os casos de corrupção. E por causa disso também, há muita interpretação falsa. São muitos advogados tentando defender os clientes e imputando maus-tratos, desacreditando a polícia ao atribuir a ela fatos que não cometeu. Eu lamento muito, porque o doutor Amaury Caldin é conhecido no DPF, justamente, pela seriedade. Pode ter defeitos como todos nós temos, mas essa seriedade de técnico dedicado é uma coisa acima de qualquer suspeita. Eu acho que a denúncia quando chega a este nível, envolvendo Maurício Corrêa, delegados e agentes, ela perde totalmente a credibilidade. Ela deixa de atingir tanto quanto uma outra mais realista faria. É um absurdo o Paulo César Farias ter jatinho e ir para onde quiser na hora que quiser. Nós não temos condições, nem material e pessoal suficiente. Recursos então, nem se fala. Outra coisa que a Polícia Federal não tem é o dom da ambiguidade. É muito leviana a acusação.

Este fato pode contribuir na disputa existente entre a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal, por causa da isonomia obtida pelos delegados com os procuradores?

Uma denúncia deste tipo é claro que atinge a instituição, seja ela qual for. Mas eu não acredito que a Procuradoria tirará proveito, pelo nível dos procuradores que eu conheço. Isso está mais situado no nível de briguinhas de comadre, do disse-me-disse. Quando você conhece alguém do nível de Aristides Junqueira, (procurador-geral da República), isso não existe. Acho que as denúncias devem ou não ser apuradas. Pode ser que um ou outro possa tentar tirar proveito, tentar fomentar isso, mas eu realmente não acredito. Acredito que pessoas querem atingir a PF, integrantes do órgão mesmo, para tentar ficar numa situação mais privilegiada. Vincular a PF ao Judiciário ou ao Ministério Público deve ser estudado por técnicos e juristas em função dos interesses da Nação. O problema é que nós temos no País um grande número de comarcas sem juízes, sem promotores, e o delegado do inquérito vem suprir esta lacuna. Para mim deve ser adotado o que for melhor para o País.

O fato de a Polícia Federal não estar sendo dirigida por um técnico, não traz prejuízos?

Tem um lado positivo e um lado negativo. O positivo porque nós vivemos numa fase extremamente política, uma democracia ainda se consolidando, uma sociedade em evolução, e a política é essencial em certas ocasiões. Um exemplo é o uso da PF na política de governo, como ocorreu no governo Reagan, em que a polícia foi dirigida mais para o combate ao tráfico de drogas e agora está vinda mais para a questão da imigração.

O delegado da Polícia Federal Magnaldo José Nicolau da Costa é o responsável pelo inquérito policial que apura as denúncias de irregularidades na comissão mista de Orçamento do Congresso Nacional. Ao completar 43 anos, no último sábado, ele concedeu uma entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE.

Há onze anos na Polícia Federal, Magnaldo Nicolau faz uma análise das denúncias de corrupção envolvendo delegados e agentes da Polícia Federal. E apesar de estar proibido pela direção do órgão e pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, de se pronunciar sobre as investigações, garante que estes cuidados são apenas para garantir o bom andamento das apurações.

A Polícia Federal ainda não possui indícios suficientes para a convocação dos governadores Joaquim Roriz (DF), João Alves (SE) e Edson Lobão (MA), nem do ex-ministro Henrique Hargreaves (Casa Civil) e do ministro Alexandre Costa (Integração Regional). No entanto, assim que o inquérito volta ao Supremo Tribunal Federal, Magnaldo Nicolau vai convidar o ex-presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), para prestar esclarecimento sobre o grande volume de depósitos em seu nome em diversas agências.

O delegado admite ainda que serão necessários mais do que 30

governadores citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos depois desse carta branca?

É possível, eu chamaria sim. Mas os governadores e parlamentares não são obrigados a depor na polícia e nós não temos como coagir que isso aconteça, pois eles têm a prerrogativa de escolher o dia, o local e a hora. Mas se eles não aceitarem o convite, nós não podemos fazer nada. Mesmo porque a Constituição permite, assegura à pessoa a quem é imputado algum ilícito a permanecer calada. Ninguém é obrigado a falar.

Pode se dizer que o empresário Normando Cavalcante é o testa-de-ferro do deputado João Alves?

Isso a gente vai saber posteriormente, com a investigação patrimonial, quebra do sigilo bancário, para se saber se há ou não uma participação nestas comissões que o Normando recebia. O que está estabelecido é que o Normando atuava e conseguia as verbas usando o nome do deputado e com o conhecimento dele. O João Alves dava essa permissão para o Normando usar o nome e conseguir estas verbas.

O senhor consegue fazer uma ligação entre o esquema PC e esquema João Alves? Ou eram dois esquemas paralelos dentro do Congresso?

Acho que não há uma configuração do esquema, uma organização atua aqui, outra ali. Havia grupos coordenados pelo Paulo César Farias, que tinha seu grupo, suas implicações. O João Alves, muito antes do PC, já tinha seu grupo funcionando. Eventualmente eles se entrelaçam e se interligam em obras e através de empresas. É o caso do PC com a Oderbrecht e o esquema João defendendo as emendas da Oderbrecht.

O esquema do João Alves ganhou força depois do governo Collor?

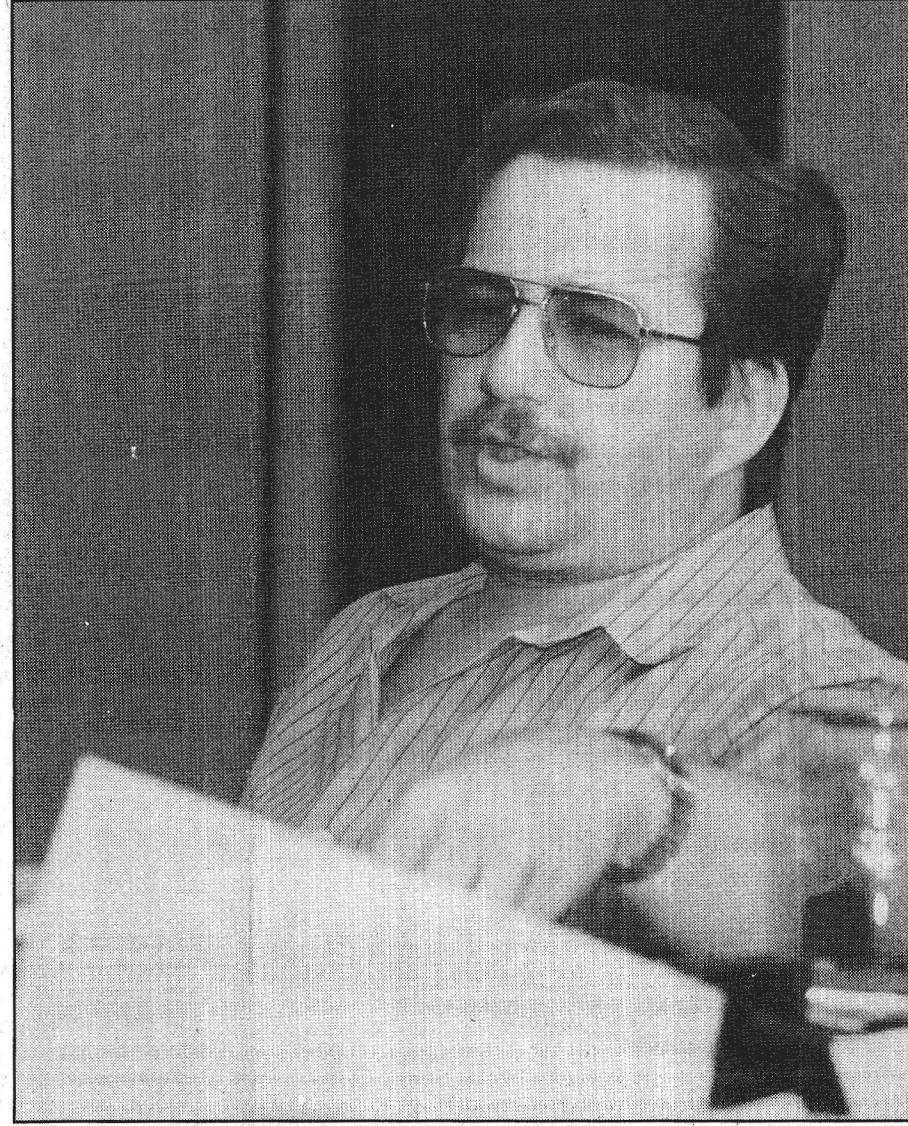
É possível que tenha sido facilitado o trabalho dele, uma vez que com o Paulo César Farias, as empresas tinham mais ingerência, mais poder. Elas passaram a ter mais penetração no Governo. E o João Alves passou a tirar proveito disso, porque o PC, se queria cobrar das empresas, tinha que conseguir que as empresas ganhassem obras. O pagamento da taxa para o PC e a propina para o João Alves acabou coincidindo, mas isso não quer dizer que atuassem juntos, que houvesse uma interligação.

A Polícia Federal já consegue fazer alguma ligação entre a Comissão de Orçamento e os governadores Joaquim Roriz, João Alves, Edson Lobão?

Não, ainda não. Ele, José Carlos dos Santos, citou alguns nomes mais conhecidos como pessoas que fariam alguns trabalhos e receberiam dinheiro. Com relação a estes governadores, nós temos apenas que ele ouviu falar que o João Alves teria dado dinheiro a eles. Quanto às visitas, o João Alves como relatorinha que ser procurado por qualquer parlamentar que quisesse ter suas emendas incluídas no Orçamento, não tinha como fugir disto. A partir de um determinado momento, como ele, José Carlos, recebia dinheiro do João Alves, a partir de então ele passou a generalizar cada vez que o João Alves dizia que tinha dado dinheiro. Até mesmo quando apena-  
nas estava atendendo uma emenda.

A Polícia Federal já tem indícios que levem à convocação dos governadores?

LUIZ MARCOS



Magnaldo elogia a CPI: o próprio Congresso está apurando tudo, indo a fundo

dias de prorrogação do prazo para que as investigações possam ser concluídas. Para acelerar o processo, ele conversa amanhã com o superintendente do Distrito Federal, para obter o apoio de mais três delegados. Entre os nomes à disposição,

está o do delegado Roberto das Chagas Monteiro, afastado esta semana das investigações que ligam a TV Bahia ao Esquema PC. Segundo Magnaldo Nicolau, é um ótimo nome para se somar ao time de investigações.

Ainda não, por enquanto apenas temos a declaração do José Carlos. Eu estou pedindo todas as emendas, relatórios parciais e totais e os anexos para os Orçamentos de 1990 e 1991, para aprofundar as investigações, de todos os ministérios. O José Carlos se pronunciou a identificar, pois foi ele quem elaborou os pareceres a pedido do deputado João Alves. Se surgirem elementos, a gente pode convidar estes governadores. Até agora não temos elementos para isso.

E no caso do deputado Ibsen Pinheiro?

No caso do deputado Ibsen Pinheiro, o José Carlos citou nominalmente. Depois ele foi reincidente e passou a ressaltar esta declaração, e como estão surgindo bastantes elementos na Comissão Parlamentar de Inquérito, ele deve ser ouvido, desde que se preste a marcar o dia, a hora e o local.

O senhor já enviou o convite?

Eu já solicitei a quebra do sigilo bancário dele. O convite ainda não foi encaminhado, mas será assim que o inquérito retornar ao Supremo Tribunal Federal.

A polícia não atua só na área técnica; também deve estar integrada à política de Governo. Não vejo nenhum mal em a PF ser dirigida por um político. O ideal seria que fosse técnico com visão política

José Carlos, para estas irregularidades havia a conivência do deputado João Alves com o parlamentar da região. No caso dos evangélicos é preciso ser investigado com cuidado para ver se houve ou não a aplicação do dinheiro.

E o Distrito Federal, que em 1990 foi quem mais recebeu verbas das subvenções sociais? Existe envolvimento do governador ou parlamentares?

Não constatamos nada ainda de imediato. O que apuramos é que há um trabalho assistencial muito grande por causa da migração. A Secretaria de Ação Social aqui tem um trabalho muito intenso e uma despesa muito grande. Temos agora é que ver se os valores foram efetivamente aplicados. Não questionamos o valor, mas sim o uso.

E no caso dos ministros do Governo Itamar?

O que existe contra os dois é que o José Carlos teria ouvido o João Alves falar do recebimento de dinheiro antes de assumirem os cargos no Executivo. Mas até agora não surgiu nenhum elemento que corrobore esta denúncia. Vamos verificar as entidades de área de atuação de cada um para ver se houver repasse, aplicação, e se a aplicação foi correta. Só se surgir algum indício é que nós vamos convocá-los. Eles estão na mesma situação que os governadores. Só serão convocados com elementos materiais comprobatórios. Por enquanto, não serão checados.

O senhor está sofrendo algum tipo de pressão para não convocar estas pessoas?

Não, nenhuma. Pelo contrário, o coronel Romão disse que o presidente Itamar dá total apoio, desde que as investigações cumpram todas as normas previstas na lei.

Que novidade o senhor espera para as próximas 24 horas?

Nenhuma.

O senhor espera. O senhor tem uma agente que viajou quarta?

Nenhuma. Ela já retornou de Belo Horizonte, mas não trouxe nada de surpreendente. São investigações. É um dado que nós estamos investigando. Nós montamos uma operação e não podemos divulgar, porque pode prejudicar as investigações. Isso vai ter um desdobramento, nós precisamos ouvir outras pessoas e precisamos inclusive localizar algumas pessoas aqui em Brasília mesmo.

Não tem nada ligado ao presidente Itamar ou a qualquer membro do Governo, Hargreaves ou Alexandre Costa. Assim que nós tivermos alguma coisa, nós divulgaremos. É uma mera checagem. Uma informação que eu considerei relevante.

Quais são as suas maiores preocupações neste caso?

Nós temos uma preocupação: é que estamos vivendo uma democracia nova, um Estado de Direito pleno e as instituições são muito suscetíveis, muito frágeis. Nós temos que ter um cuidado muito grande para preservar as instituições. Por exemplo, o Congresso Nacional. O Congresso é essencial. Você não pode conceber uma democracia sem um Parlamento, então tem que se preservar o Congresso, não em função de nomes de

eventuais parlamentares querer atingir toda a instituição.

Porque aí sim, você estaria atingindo o Estado de Direito em toda a sua essência.

O senhor falou em preservar o Congresso. O senhor é favorável a que este Congresso que está aí seja o revisor da Constituição?

Eu acho que tem que se aguardar o final das investigações. Se chegar à verdade, saber quem tem envolvimento, quem não tem, e só então se pronunciar sobre a revisão constitucional. Mas isso é fora da minha área de atuação, eu estou falando aqui como cidadão.

Um artigo publicado pela Folha de São Paulo, aponta alguns resultados de uma pesquisa que mostra que uma parcela da população é favorável ao fechamento do Congresso e até a um golpe. O que o senhor pensa a respeito?

Ainda falando como cidadão, eu acho que a população está muito sentida, muito sofrida em função dessa crise econômica. Desemprego altíssimo, salários baixíssimos, problemas sociais, rede de saúde fraca. E, nestas situações, a população fica mais sujeita a abraçar decisões mais radicais, mais extremas. A democracia realmente fica muito suscetível, muito em risco, quando surgem saídas milagrosas. Eu não acredito que seja o caminho. Eu acho que a CPI está fazendo um trabalho muito bom. Pelo menos o Jarbas Passarinho é um nome que mostra seriedade. Nós estamos vendo aí que a investigação está pegando todos os ângulos, está indo a fundo, pegando extratos bancários, contas bancárias de parlamentares. Estão realmente trabalhando. É o próprio Congresso que está levantando tudo, tem que se olhar este lado. O próprio Congresso, através de um grupo de parlamentares, está indo a fundo e as coisas estão sendo descobertas através do próprio Congresso.

Apesar da imunidade parlamentar do João Alves, o senhor continua temeroso da fuga dele e, por causa disso, pretende fazer alguma solicitação ao Judiciário para mantê-lo sobre vigilância?

Não. Nós vamos atuar dentro da lei. O que a lei permite fazer, nós vamos fazer. Uma vigilância deste tipo não é possível.

Quais são as dificuldades que o senhor está encontrando para levar adiante e com mais agilidade esta investigação?

A Polícia Federal está muito carente de recursos materiais e humanos e uma dificuldade que eu estou sentindo, muito grande, é a questão salarial. Porque um policial não pode estar condicionado a uma função do tempo. Uma investigação entra no sábado, domingo, feriado e os elementos são adquiridos pela intuição, percepção, principalmente na polícia investigativa como é o nosso caso. Quem inicia tem que ir até o fim e isso exige muito do pessoal. Os nossos agentes de nível médio, que cuidam da parte operacional, estão muito mal-remunerados. Hoje o policial é considerado como um funcionário comum, então fica limitado em horário e dias e isso prejudica.

O senhor hoje teria condições de indicar alguém neste inquérito?

No inquérito ainda não. Nós vamos aguardar a investigação patrimonial, a quebra do sigilo bancário e fiscal para colher todos os elementos possíveis e

Os governadores e os parlamentares não são obrigados a depor na polícia e nós não podemos coagi-los. E se não aceitarem o convite, não podemos fazer absolutamente nada contra eles.

então submeter ao Ministério Público. O senhor tem subsídios?

Não, no inquérito ainda não. Eu não tenho os elementos que a CPI tem, por exemplo.

Com os elementos obtidos pela CPI até o momento, o senhor teria condições de indicar os deputados João Alves, Ricardo Fiúza e Ibsen Pinheiro?

É possível. Pelo que foi divulgado. Eu não tenho todos os elementos. Mas têm sido divulgadas quantias muito elevadas e que não são compatíveis com a remuneração nem com as fontes de rendas declaradas pelos parlamentares. É preciso então se estabelecer a fonte, a origem desses recursos. Isso já caracteriza os elementos suficientes para o indicamento. O que tem que ser feito agora é trazer as provas para os autos do processo, e isso vai demandar uma série de provas próprias aqui da Polícia Federal. Quando nós tivermos todos os elementos envolvendo esses parlamentares, vamos encaminhá-los ao Supremo para que seja apreciado pelo Ministério Público. Vai depender do Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, dizer se todos os elementos colhidos são ou não suficientes para o indicamento.